

José Lopes da Silva

ESTUDO BÍBLICO DOCTRINA CATÓLICA

.....

LIVRO DA SABEDORIA



José Lopes da Silva

**ESTUDO BÍBLICO
DOCTRINA CATÓLICA**



LIVRO DA SABEDORIA

2021

Copyright © 2021 José Lopes da Silva

Todos os direitos reservados e protegidos pela lei nº 9.610, de 19/02/1998. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por qualquer outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem a prévia autorização, por escrito, de seu autor.

1ª EDIÇÃO

DIAGRAMAÇÃO

Cia Das Ideias | @cia.das.ideias

IMAGENS

pixabay.com.br

pt.wikipedia.org

SUMÁRIO

.....

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO AO LIVRO DA SABEDORIA | 5 |
| O autor e seu tempo | 5 |
| A OBRA | 5 |
| Estrutura..... | 5 |
| Temática e mensagem teológica | 6 |
| Mensagem teológica | 10 |
| ESTUDO DO LIVRO DA SABEDORIA..... | 13 |
| Disposições exigidas pela sabedoria | 13 |
| Juízo definitivo..... | 13 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 34 |

INTRODUÇÃO AO LIVRO DA SABEDORIA



O autor e seu tempo

O *Livro da Sabedoria*, de autor anônimo, parece ter sido escrito diretamente em grego, provavelmente em Alexandria, na diáspora judaica, e talvez sob o reino do imperador Augusto, ou seja, nos últimos anos do século I a.C.

A OBRA

Estrutura

A estrutura literária do livro, suas diversas partes, e o gênero literário usado - o gênero epidítico da retórica grega -, confirmam a unidade da obra.

O livro tem três grandes partes e cada uma possui uma estrutura literária definida (1,1-6,21; 6,22-9,18; 10,1-19,22), todas ligadas entre si¹.

A introdução ou exórdio mostra a importância do tema escolhido, as dificuldades e oposições que se podem encontrar e, enfim, os problemas aos quais se deve dar uma solução (1,1-6,21).

A segunda é o elogio propriamente dito da Sabedoria, desejada pelo sábio, representado na figura de Salomão, que pede e obtém esse dom de Deus. O autor recorda a origem, a natureza e as obras da Sabedoria, antes de repetir a sua oração (6,22-9,18).

Na terceira parte vêm evocadas as obras da Sabedoria na história antiga de Israel e se faz uma releitura dos acontecimentos do êxodo: pragas para os egípcios e benefícios para os hebreus (10,1-19,22). Esse discurso parece dirigido aos jovens da comunidade, que mais tarde se tornarão responsáveis por ela. O autor revela-se ao mesmo tempo fiel à fé dos antepassados e aberto à cultura helênica; oferece, assim, bom exemplo de adaptação. Todavia, o discurso, destinado a fazer refletir mais que a formar, revela, sobretudo, uma profunda dimensão espiritual².

Temática e mensagem teológica

Introdução ao elogio e seu intento espiritual

Para os retóricos gregos e romanos, o elogio é um discurso bastante acadêmico, que tem o escopo de impelir o ouvinte - ou o leitor - a praticar o conteúdo do qual o orador faz seu elogio. Portanto, esse gênero de discurso pressupõe um contato real entre quem fala e quem escuta. Aquilo que vem dito deve chegar profundamente ao ouvinte, o qual deve ser tocado e impelido a aderir concretamente ao convite daquele que fala.

É desse modo que procede o autor do *Livro da Sabedoria* no seu *exórdio* (1,1-6,21). Desde o primeiro versículo, ele se dirige explicitamente a um grupo de homens, convidando-os a buscar os caminhos de Deus. Sabe que existe uma contestação religiosa carregada de perigo, que distancia o espírito da sabedoria e o conduz definitivamente à morte. Todavia, no momento em que Deus julgar o ímpio, convém evitar essa louca corrida para a ruína (1,1-12)!

Em uma comunidade dividida por escolhas religiosas, como a do judaísmo alexandrino, a lógica do mal pode conduzir à tomada de posições de um paganismo não somente redutor de valores (2,1-9), mas também agressivo nos confrontos com os que não o apoiam. Esses se tornarão

objetos de sarcasmo, submetidos a ultrajes de uma morte humilhante (2,10-20).

A essas primeiras dificuldades que dividem uma comunidade se acrescentam outras inerentes ao mistério da vida. As bênçãos mais tradicionais na experiência bíblica frequentemente são contraditas pela realidade da vida! A virtude não garante felicidade sobre esta terra a quem a pratica fielmente (3,1-9). Como reconhecer que a fecundidade e a descendência não são uma bênção imprescindível para a vida feliz? (3,13-15). Uma longa vida não é mais a recompensa de um comportamento exemplar! (4,7-15).

A todas essas perguntas o autor responde essencialmente que, segundo o plano de Deus (Gn 1-3), o homem recebeu um destino de imortalidade e que o justo depois da morte gozará da presença de Deus. Essa será a sua recompensa, e ele assim obterá o fruto das suas fadigas (1,13-15; 2,21-24; 3,1-9; 3,13-15; 4,1-2.10-15). Ao contrário, o ímpio que se tornou perseguidor do justo, depois da morte, descobrirá que este último, que foi por ele desprezado, agora é coroado de glória, enquanto o seu próprio projeto não o conduziu a nada. Depois da morte, de fato, haverá um juízo, ou melhor, um combate escatológico conduzido por Deus e que colocará fim ao domínio dos ímpios (5,1-23).

O autor agora poderá concluir a sua longa introdução com um retorno à exortação: aqueles que têm o poder lembrem que serão julgados; procurem mais a Sabedoria, porque ela conduz à incorruptibilidade! (6,1-21).

O elogio

Nesse ponto começa o *elogio* propriamente dito. Aqui, de maneira mais explícita que nas exortações que enquadram o exórdio, o autor se

esconde atrás da figura de Salomão, o qual, no ápice da glória, recorda as etapas da sua vida, para reconhecer como lhe foi dada a Sabedoria e tudo aquilo que ela lhe trouxe. Salomão é bem conhecido do leitor, que vê nele um modelo.

Vindo ao mundo como um homem - não tendo assim se tornado sábio por antonomásia, nem em razão da descendência, nem por origem divina, como se afirmava sobre os reis (7,1-6) - ele recebeu de Deus a Sabedoria, porque, tendo escolhido a Sabedoria a todos os bens do reino, pediu-a ao Senhor na oração. Em seguida, descobriu que ela lhe trazia também todos os outros bens (7,7-12). Assim, por meio da Sabedoria, ele adquiriu uma vasta formação geral, que o autor resume de acordo com o saber helenístico (7,16-21). Chegado à idade do matrimônio, ele quis se casar somente com a Sabedoria, a qual lhe trouxe os fundamentos de uma autêntica cultura e as virtudes que se requer de um rei (8,2-16). Aqui, o autor vai além do Salomão da história, mostrando que esse personagem é símbolo e que, por meio dele, deseja-se alcançar os jovens, que buscam a Sabedoria. Enfim, retomando o início da evocação, afirma de novo que a Sabedoria não se recebe por nascimento, mas por meio da oração (8,17-21). Segue-se então uma longa oração (9,1-18)³.

Justamente no centro dos dois textos (7,1-21 e 8,2-21) que evocam Salomão, o autor coloca o elogio da Sabedoria (7,22-8,1), da qual indica a natureza, a origem e a ação. Acolhendo do estoicismo a ideia do *pneuma*, que anima o mundo e lhe dá unidade (1,7), mas refutando qualquer tendência panteísta, ele identifica a Sabedoria com o Espírito. A Sabedoria possui a pureza absoluta do espírito, que lhe permite penetrar tudo em vista do bem (7,22-24). A sua relação com Deus é de tal modo estreita que ela pode ser descrita somente em função de Deus: é como uma emanção, um reflexo, uma imagem de Deus (7,25-26). A sua ação enfim

consiste em unificar e renovar o universo, e em formar os santos e os profetas (7,27-8,1).

Todavia, se a Sabedoria só pode ser obtida por meio da oração (7,7; 8,21), o elogio vai além de si mesmo e culmina na oração que alcançará a sabedoria (Sb 9). Para realizar a vocação humana e, mais particularmente, a própria vocação de rei, juiz e construtor da casa de Deus, aquele que deseja a Sabedoria, sendo conhecedor dos próprios limites, pede ao Deus da revelação aquela Sabedoria que estava com ele quando foi criado o mundo (Pr 8,30) e que se identifica com o Espírito do qual fala Ez 36,27. Ele, de fato, sabe que os seus antepassados puderam realizar a própria vocação somente por meio da Sabedoria que lhes foi concedida (9,18).

Para confirmar essa última afirmação de 9,18, o autor realiza uma verdadeira releitura dos *acontecimentos fundadores* da história de Israel, bem conhecidos de todos. Começando com a evocação dos personagens antigos, de Adão até Moisés, mostra que, também eles, depois da culpa, deveram sua salvação à sabedoria (Sb 10). Ela guiou o caminho do Êxodo (Sb 11,1). Esse quadro histórico vem construído segundo a *synkrisis* (confronto) grega: sete vezes há sempre um, benefício recebido por Israel no tempo do Êxodo em contraposição com uma praga que castigou o faraó e o seu povo (11,4-14; 16,1-19,8). A ocorrência sucessiva dessas pragas até o afogamento dos egípcios no Mar Vermelho são motivados pelo endurecimento do faraó (12,26-27). Todavia, a leveza das primeiras pragas é justificada pela preocupação de Deus de punir somente com moderação, porque ele ama as suas criaturas e procura somente a sua conversão (11,15-12,2). Um exemplo que o justo deve imitar (12,19-22). Punindo os egípcios com insetos e animais, Deus se serviu dos mesmos objetos do seu culto (Sb 13-15). Assim, as digressões de 11,15-12,27 e de 13-15 esclarecem o conjunto da *anamnese* histórica que inspira primeiro

o *Livro do Gênesis* e depois o do *Êxodo*.

Essa última parte do discurso apresenta características próprias. Antes de tudo, notamos que ela continua a oração de Sb 9 sob a forma de *anamnese* hínica, (Ex 15). Isso permite sublinhar a ação direta do Senhor - não do povo - nesses acontecimentos e, sobretudo, a sua misericórdia ao confrontar os seus. E, do momento que a Ele o sábio pede a Sabedoria, não deve de fato maravilhar se essa, depois do anúncio geral dos acontecimentos em 11,1, não vem mais mencionada: tudo provém de Deus. Enfim, essa oração de *anamnese* oferece uma série de ensinamentos, baseados nas ações de Deus, em particular na importância da Lei (16,6; 18,4) e da palavra do Senhor (16,12.26-28).

Essa longa evocação do *Êxodo* na oração termina com uma síntese, na qual os acontecimentos, colocados dessa vez em relação com Gn 1, aparecem como uma nova criação ao serviço dos justos (19,6-21). O autor conclui a sua exposição com um último louvor ao Senhor, o qual não abandona jamais seus fiéis (19,22)⁴.

Mensagem teológica

Criação e escatologia (Sb 1-6)

As perícopes de Sb 1,13-15 e 2,21-24 explicam Gn 1-3. A morte, mesmo aquela física, não fazia parte do projeto divino de criação: Deus queria somente a vida e, para o homem, a incorruptibilidade, a imortalidade. Foi o diabo, identificado com a serpente de Gn 3, que introduziu no mundo a morte, como uma intrusa (2,24). Essa não é somente a morte física, mas também aquela espiritual, porque distancia de Deus. Depois da morte física, haverá uma averiguação conduzida por Deus sobre todo homem (1,9; 6,5-8). Todavia, o autor ignora a distinção entre juízo súbito depois da morte e juízo final. No dia do juízo os ímpios se verão

acusados, até mesmo pela sua própria consciência (4,20; 5,3). Então a morte espiritual, que tinham acolhido desde a terra (1,16), revelará toda a sua monstruosidade, maior que a morte física (5,6-13). Também os justos padecerão da morte física, mas para permanecer junto ao Senhor e receber, por graça, a coroa (5,4-5). Deus, portanto, defendendo os justos em um combate cósmico final, transformará o cosmo em deserto, por causa dos ímpios: o reino desses últimos será destruído, e permanecerá somente o reino dos justos junto de Deus (5,17-23). Essa glorificação dos justos implica também a ressurreição dos mortos? O autor não responde à pergunta explicitamente, todavia ela parece aflorar.

Vemos, pois, que a escatologia do *Livro da Sabedoria* implica uma cosmologia, como na apocalíptica, e esse discurso será completado na última parte do livro. Por enquanto, a escatologia toca ao justo, ele é chamado de sábio (4,17), o que prepara a segunda parte do livro.

A sabedoria e o sábio (Sb 6,22-9,18)

A natureza da Sabedoria é de tal pureza que penetra tudo em vista do bem (7,22-24). A Sabedoria é efusiva, emanção, reflexo, o espelho, a imagem de Deus: tem origem desse modo em Deus, do qual é inseparável (7,25-26). A sua ação é ao mesmo tempo de ordem cósmica e de ordem moral, espiritual. Ela rege o Universo de modo benéfico, animando-o com a sua presença e forma os santos (7,27-8,1). Não é mais inacessível, uma vez que pode ser obtida por meio da oração (7,1; 8,21; 9). Não é mais somente a *Torah* a revelação histórica, mas a presença interior na qual se acolhe. Não é mais uma simples figura de ordem cósmica: o autor, de fato, baseando-se na doutrina dos estóicos, vê nela a presença mesma de Deus no mundo.

Acrescentamos que, diferentemente dos mistérios gregos, a Sabedoria, aqui, é dada a todos (6,22-24); a condição, porém, é que seja preferida a

todos os outros bens (7,8-10) e que seja amada com um amor exclusivo (8,2.9.16-18). A Sabedoria não é conquistada, mas doada por Deus, a quem o sábio pede na oração (7,7; 8,21; 9). Na obra, a Sabedoria aparece como a presença de Deus no mundo e nos homens (7,22-8,1). Aqueles que a acolhem, a recebem como uma força interior capaz de guiar moralmente suas ações, de iluminá-los sobre aquilo que o Deus da revelação espera deles e, enfim, de conduzi-los à salvação (9,18). Logo, o sábio não é mesmo o Salomão da história, mas sim cada homem que, desde a juventude, se abre à Sabedoria (7,14.27-28). Na verdade, aliás, é ela mesma quem toma a iniciativa (6,12-16).

¹ J. Vilchez, *Sabiduria*, Navarra 1991, 38: segundo os gregos e romanos, os gêneros literários da retórica são três: o gênero judicial; o gênero deliberativo e o gênero demonstrativo. O judicial trata principalmente do passado: sobre o que o acusado cometeu ou não; o deliberativo, geralmente, se remete ao futuro; o demonstrativo (epidítico) se move no presente, ainda que não exclusivamente: é louvor à pessoa, qualidade etc. O gênero epidítico não pertence ao fórum; seu lugar é o ginásio ou a sala de conferência. Isto é, é mais um exercício escolar, reservado à juventude (M. Gilbert). Esse gênero não está submetido a um esquema muito rigoroso, mas nele deve haver sem falta ao menos três coisas: a origem (nobre, humilde etc.); a natureza (virtudes, ofícios etc.), as obras. Nosso livro parece, portanto, um elogio (louvor) à Sabedoria tal como primeiro intuiu P. Beauchamp e como confirmou M. Gilbert.

² M. Gilbert, *La Sapienza di Salomone I*, Roma 1995, 10.

³ 1Rs 3,4-15.

⁴ M. Gilbert, *La Sapienza*, 10-14.

ESTUDO DO LIVRO DA SABEDORIA



Disposições exigidas pela sabedoria

Juízo definitivo

Juízo final (Sb 1,1-10,21). O sábio e o estulto são os dois polos em torno dos quais gravitam os temas desenvolvidos nesta primeira seção. O primeiro é quem se reconhece como parte da criação de Deus; o segundo, ao contrário, confia exclusivamente em suas forças e só busca seu próprio bem. Para o livro da Sabedoria, o julgamento de Deus cairá implacavelmente sobre os maus em forma de castigo.

Dois mil anos depois, esta mensagem pode ser compreendida pelos crentes de maneira nova: conhecem Deus aqueles que sabem que estão em suas mãos e fazem parte do plano que ele estabeleceu, desde tempos antigos, para todos os homens e para todas as mulheres da terra.

A justiça é imortal (Sb 1,1-16). O título *a justiça é imortal* (v.15) resume o conteúdo deste capítulo e é, ao mesmo tempo, o ensinamento de toda a obra. Para o livro da Sabedoria, existe uma relação direta entre Deus, a justiça e a sabedoria, e neste cap. 1 ela é exposta do seguinte modo:

Ponto de partida (v.1). O livro dirige-se ao governante, interlocutor comum dos discursos sapienciais da antiguidade (Sl 2,10; Pr 31,1s), e possivelmente também porque foi atribuído a Salomão. Na realidade, é oferecido aos judeus ameaçados pelo contexto pagão - criticados, talvez,

pela aparente despreocupação de Deus - aos quais se exorta à prática da justiça como conjunto de atitudes agradáveis a Deus.

Desenvolvimento (2-12). Com a imagem da sabedoria personificada (cf. Pr 8,22-31) e assumindo a função dos mestres (cf.Pr 1-9), descreve-se o comportamento reto (vv.2-5) e o conhecimento que Deus tem de todas as coisas (vv.6-10), e se oferece um par de conselhos para o crente-justo-sábio (vv.11s). Por trás está o problema tipicamente sapiencial das sortes mudadas dos fiéis e dos malvados.

Conclusão (vv.13-16). A solução definitiva apresenta-se ao identificar a justiça com a vida e a imortalidade (Pr 8,31.36; At 2,2-4), e a injustiça com a morte e a separação definitiva de Deus (Ap 6,8; 20,14). Os ímpios são a herança da morte, como Israel é a herança de Deus (Dt 32,9; Sl 15[16],5; 72[73],26). A justiça, seja do ponto de vista individual ou coletivo, clama de todos os lugares e de todos os tempos, e sua voz usa toda espécie de recursos. A sabedoria verdadeira se torna eco disso e coloca Deus por testemunha enquanto existirem os que sofrem e os que trabalham por ela.

Seja nossa força a norma da justiça (Sb 2,1-24). A contrapartida ao cap. 1 vem a seguir: *Que nossa força seja o critério do direito* (v.11), resumo das convicções dos ímpios - talvez se refira aos judeus renegados, mas também a muitas escolas filosóficas gregas - sobre o julgamento dos justos (Jó 12,6; Hab 1,7.11); fugacidade da vida (vv.1-5), pois a criação do ser humano se deve ao acaso (Jó 27,3) e sua recordação depois da morte é passageira (Pr 10,7; Is 56,5; Ap 1,18). Daí se deduz as duas normas seguintes de comportamento: o desfrute (vv.6-10; Cf. Ecl 2,24; 3,12; 9,7) e o ataque aos justos (vv.10-20). Estes são o pobre e a viúva, aos quais a Escritura manda respeitar (Ex 22,21; Lv 19,32) e os judeus fiéis. Percebe-se uma referência ao justo sofredor de Isaías (Is cap.s 52s), que

depois a Igreja entenderá como uma alusão à paixão e morte de Cristo (Mt 27,42s), e uma recordação do passado do povo eleito no título “filho de Deus” (cf. Sb 9,7; 10,15.17; 12,19.21; 16,26; 18,4).

A resposta a estas convicções (vv.21-24) é dada no final da vida, que para os ímpios é a morte por causa da inveja do Diabo (cf. Gn 3), e para os justos é a bem-aventurança eterna de quem foi criado à imagem de Deus (Gn 1,26).

Onde está a força dos fracos, dos que sempre perdem, e dos fiéis a Deus? No abandono de suas convicções? O texto da sabedoria responde a partir do além. Mas ainda existem palavras para esta vida: no trabalho por um mundo mais justo e solidário, na dedicação da comunidade fiel à mensagem de Deus e na esperança de que o Senhor tem a última palavra.

Os justos estão em paz (Sb 3,1-12). Qual é o sentido do sofrimento dos justos? Que prêmio recebem os fiéis de Deus, quando a realidade mostra que os maus são os que triunfam? Ambas as perguntas são conhecidas entre os investigadores da Bíblia como o problema da retribuição. O livro da Sabedoria oferece uma solução.

O sofrimento é uma prova para a purificação da fé do crente (Gn 22,1; Tb 12,13; Jó cap.s 1,2; Sl 65[66],10; 1Pd 1,6s). No fim dos tempos haverá um julgamento em que Deus intervirá a favor do justo (Dn 12,3; Mt 13,43) e contra os malvados (Is 1,31; 5,24; Na 1,10; Ab 18; Zc 12,6; Ml 3,19).

Este é o primeiro texto da Bíblia no qual se fala da esperança bem-aventurada dos justos. Faz muitos anos que se escreveu esta obra. A solução para o problema da retribuição deve encarnar-se hoje também entre os cristãos. O sofrimento pode ser compreendido como o chamado de Deus à solidariedade e à esperança, mais que como uma vingança, como a possibilidade de descobrir os sinais do Reino já neste mundo.

Bem-aventurada é a estéril irrepreensível (Sb 3,13-4,6). A mentalidade tradicional da Bíblia via nos filhos um sinal da bênção divina (Gn 17,19s; Jó 1,1-5). A esterilidade, ao invés, era vista como maldição (1Sm 1,1-8). Disso é que trata este novo bloco, embora sua conclusão seja diferente. Afirmar-se, seguindo o modelo do quiasmo - duas ideias que vão se superpondo - que a falta de filhos por virtude não é maldição (vv.13-15), ao passo que o fruto de uniões ilegítimas fica sem valor (4,3-6); por outro lado, se diz que a velhice do malvado é desonrosa (vv.16-19), mas pela virtude se obtém a imortalidade (4,1s).

A virtude supera a ideia tradicional da bênção. Na realidade, o texto está falando dos judeus que se uniam em matrimônio com não-judeus (Dt 7,3; Es 9,1s), daí serem taxados de infieis ou adúlteros por não cumprirem um preceito divino (Is 57,3; Jr 9,1; Ez 23,37; Os 3,1).

Quando dois valores pessoais ou comunitários são postos à prova por um ambiente contrário ou indiferente, Deus pode manifestar-se em forma de compromisso com a vida e por um mundo que não deixa de lado os mais fracos. A fidelidade não deve esquecer a misericórdia.

Amadureceu em poucos anos (Sb 4,7-19). Novamente falamos aqui de uma maneira diferente de compreender as crenças tradicionais. Neste caso trata-se do sentido de uma morte em tenra idade. Afirmava-se que uma longa vida devia ser a herança do justo (Dt 4,40; 5,16; Jó 5,25; Sl 90[91],16; Pr 3,2.16; 4,10; Eclo 1,12.20), ao passo que a do ímpio era uma morte súbita (Jó 15,20-23; 18,5-20; Eclo 1,12.20), embora seja certo que os fatos contradizem essas afirmações (2Rs 23,29; Jó 21,7; Ecl 8,12-14).

Para o livro da Sabedoria, a morte prematura do justo responde aos planos de Deus, que o liberta dos sofrimentos, da corrupção da maldade, e evidencia a vida e o final dos ímpios (cf. Is 14,16-19; 19,10; 66,24).

A pergunta em relação a quem morre prematuramente resolve-se

aqui, pela primeira vez em toda a Bíblia, de maneira positiva, porque é respondida conforme Deus.

Julgamento: confusão dos ímpios (Sb 4,20 - 5,1). A seguir vai se falar do juízo final dos ímpios (Is 59,6-14). Este pequeno bloco é uma introdução.

Os profetas falavam: “naquele dia”. Não só se referiam ao futuro; era também uma esperança para o presente, e uma convicção: as injustiças e o sofrimento não têm a última palavra na história. Deus caminha com seu povo.

Juízo: o sol não se levantou sobre nós (Sb 5,2-14). Depois da preparação do breve bloco anterior, vem a reflexão dos ímpios no momento do juízo final - suas próprias obras os acusarão e mostrarão o vazio de seu comportamento -, contrapartida do que encontramos no cap. 2 (Lc 6,20-26). O discurso aparece enquadrado com palavras do narrador (vv.2s.14) na ótica da esperança.

A passagem recorda um gênero literário muito empregado na literatura grega antiga, a retratação, embora com imagens próprias do AT: filhos de Deus (Sl 15[16],3; 28[29],1; Jó 1,6; Eclo 42,17; Is 4,3; Dn 7,18; Zc 14,5), a luz da justiça (Is 59,9), vida fugaz (Sl 1,4; Jó 9,25s) etc.

A salvação ou a condenação são assumidas pelos textos mais tardios da Bíblia e também pela tradição da Igreja como uma realidade que se encontra fora da história. Eis aqui um texto em que uma frase consegue enfocar de um modo novo esta crença: *A luz da justiça não brilhou para nós, e o sol não se levantou sobre nós.* A vida do crente está cheia de sentido e de felicidade já nesta terra.

Os justos vivem eternamente (Sb 5,15). Apresenta-se agora a contrapartida da situação anterior: enquanto que a recompensa dos ímpios é uma vida sem sentido, para os justos será a vida eterna junto

de Deus (Is 62,11), expressa também com imagens típicas da Bíblia (Pr 4,9; 1Cor 9,25).

A retribuição aparece aqui descrita como o reconhecimento dos méritos realizados na vida e uma existência junto de Deus, mas acaso não é possível tal experiência ainda na terra? Caso contrário, não estaríamos esquecendo aspectos fundamentais da encarnação de Deus?

Tomará por couraça a justiça (Sb 5,17-23). Descreve-se aqui o juízo final anunciado pelos profetas (Is 28,17; Ez 13,13; 38,22; Ap 8,7; 11,19; 16,21) com termos apocalípticos (Is 24-27; Ez 38s; Am 8,8s). Deus aparece como um guerreiro de cujo lado combate a criação inteira. Igualmente os elementos aqui empregados encontram-se nos livros mais antigos do AT: a espada divina (Dt 32,41; Is 66,16; Ez 21), a tempestade (Ex 19,16; Sl 17[18],15; Hab 3,11; Zc 9,14) ou o desencadeamento das águas (Jz 5,21; Sl 17[18] ,5; Ex 14,26s).

Existem muitos lugares na Bíblia em que Deus aparece cheio de vingança e de ira contra os inimigos. Como é possível? Normalmente respondemos que esses textos refletem uma mentalidade arcaica. Mas serve também outra reflexão: todas as realidades humanas, o amor, o ódio, o trabalho, o ócio etc., podem estar orientadas para Deus. A chave consiste em deixar de lado o egoísmo e colocar em Deus o sentido de todas as coisas.

Exórdio: o poder vem do Senhor (Sb 6,1-11). Neste novo bloco volta-se ao estilo com que o livro começou (1,1): discurso direto, exortação a escutar as palavras para adquirir a sabedoria e demonstração de que a sabedoria conduz à imortalidade.

Ao dirigir-se aos reis, assume a doutrina da origem divina do poder (Sl 2,10-11; Pr 8,15s; Rm 13,1-7), e expõe, sob uma perspectiva universalista, o modo destes assegurarem a estabilidade de seus tronos.

Sabedoria ou inteligência? Para o mundo de hoje é tudo a mesma coisa. Valoriza-se a sagacidade de quem consegue chegar aos mais elevados postos da sociedade. O texto, não obstante, exorta os líderes a reconhecerem que Deus está próximo do humilde e é o dono da vida. Essa é a verdadeira sabedoria.

A sabedoria conduz ao reino (Sb 6,12-25). No bloco anterior retoma-se o discurso do começo do livro. Agora se torna mais explícita a ideia de como se encontra a sabedoria. O texto se divide em duas partes:

1. Personificação da sabedoria (vv.12-20): a sabedoria tem características pessoais, como uma qualidade ou atributo divino (como em Pr 8,22-31) que vai ao encontro dos que a buscam. Os vv.17-19 empregam um recurso literário típico dos estoicos (sorites: o final de uma ideia é o começo da seguinte).
2. Anúncio do discurso do rei (vv.21-25): onde se prepara o desejo do autor de compartilhar com outros os mistérios da sabedoria - a atribuição do livro da Sabedoria a Salomão inspira-se no discurso que se anuncia agora, e se desenvolverá mais tarde. Aqui se encontram algumas alusões às religiões de mistérios da antiguidade, nas quais a revelação da sabedoria era reservada aos iniciados (vv.22.23). A sabedoria é um dom de Deus. Pertence a essas realidades que encontram seu lugar nos que a buscam com coração sincero. Como encontrar Deus em um mundo que tantas vezes oculta seu rosto, inclusive em seu nome? Sábio é aquele que se deixa formar pela sabedoria e Deus se manifesta por meio dele.

Nenhum rei começou de outra maneira (Sb 7,1-14). A seguir começa o discurso do rei, em seu desejo de compartilhar tudo o que descobriu a respeito da sabedoria. Desde o exemplo de sua vida vai mostrar

como chegou a obtê-la. Esta primeira parte pode se dividir em duas:

1. auto-apresentação do rei (vv.1-6): seguindo o modelo da diatribe grega, o autor se situa, mesmo sendo rei, no nível dos outros homens (Gn 2,7; Jó 10,8-12; Sl 138[139],13-16);
2. explicação de como adquiriu a sabedoria (vv.7-14): com possíveis alusões ao sonho de Salomão em Gabaon (1Rs 3), apresenta-se a sabedoria como fruto da oração e estimada mais que todos os bens - a beleza, a saúde e a luz eram alguns dos valores mais estimados pelos gregos.

Apesar dos séculos, existem muitos textos da Bíblia que são plenamente atuais. O começo deste texto é um deles. A sabedoria de Deus não pode ser reconhecida antes de uma reconciliação com a própria natureza humana e, a partir daí, de contemplá-la como um presente que supera todos os bens que o homem possa adquirir por seus próprios méritos. Um dom que, como todos, quanto mais se reparte, mais se obtém dele.

A sabedoria é que me ensinou (Sb 7,15-21). O discurso do rei continua agora com uma invocação para saber expressar-se de maneira adequada, seguida de uma enumeração dos conhecimentos que obteve da sabedoria (1Rs 5,9-14). Muitos dos elementos são uma atualização do texto de 1Rs 4,32-34, segundo os conhecimentos da física grega - atividade do mundo, relação dos elementos naturais etc. Desse modo o rei atribui a si a ciência que a cultura do momento procurava.

Hoje o mundo constantemente proclama a independência dos diferentes âmbitos da realidade - o conhecimento, as relações humanas, a sociedade, o mundo do trabalho, a economia, o direito, a política etc. -, com a conseqüente desumanização das mesmas. Para este texto, não obstante, Deus é quem unifica toda verdade. Acaso não será urgente compreender esta frase a partir do compromisso com o mundo mais

necessitado?

Reflexo da luz eterna (Sb 7,22-8,1). Este bloco define a natureza da sabedoria, com termos da filosofia grega aplicados à religião judaica (Eclo 24,3; Jo 1,5.9; Cl 1,15). Começa enumerando 21 características da sabedoria (22s) e continua estabelecendo a relação desta com Deus e com a criação (7,24-8,1), como em Pr 8,22-31, prólogo de toda a teologia na qual se inspirarão João (Jo 1,3.10), Paulo (Cl 1,15-17) e Hebreus (1,3). Desse modo, o autor expressa a superioridade da sabedoria em relação ao conhecimento grego.

Como reconhecer a verdadeira sabedoria? É possível encontrá-la no meio de um mundo tantas vezes afastado da verdade e envolvido em atividades e interesses egoístas? Sim, enquanto existirem os que, com suas vidas, forem portadores de esperança e de sentido para os que os perderam, e enquanto houver também os que os reconheçam.

Eu a quis como esposa (Sb 8,2-21). A busca da sabedoria é o centro desta parte do discurso do rei. O tema se desenvolve em dois planos alternativos: por um lado, a decisão de alcançar a sabedoria (2.9.17.19-21); por outro, os bens obtidos graças a ela (3-8.10-16.18).

Os recursos utilizados são tomados do AT, como acontece em todo o livro. Assim, por exemplo, a sabedoria é apresentada como mulher (Pr 31): dela se obtêm riqueza, saber, virtude (1Rs 5,14-18), refrões inteligentes, soluções para os enigmas (Jz 14,12; 1Rs 5,12) etc., embora contemplados sob a ótica da filosofia grega, como os conceitos de moderação, cordialidade, justiça e valor - que os estoicos tomavam como as quatro virtudes principais -, ou a ideia da alma que penetra em um corpo - possível alusão à doutrina platônica da preexistência das almas.

Enviada do céu (Sb 9,1-18). As palavras do cap. 9 recordam a oração de Salomão quando Deus lhe aparece em sonhos para que lhe peça o

que desejar (1Rs 6-9; 2Cr 1,8-10). O rei invoca a sabedoria (4.10.17) que requer especialmente seu ofício de administrador da justiça (3.5.9.12.18), pois ela é a verdadeira transmissora da vontade divina.

Em torno da petição apreciam-se alguns elementos importantes: a sabedoria como ser pessoal, aqui assistindo a Deus em suas funções, como a criação e o governo do mundo (Pr 8,22-31); a alusão ao templo, imagem do templo celeste (1Rs 5,1-3; 1Cr 28,5s) e a convicção de que o ser humano não é nada sem Deus (Sl 85[86],16; 115[116],7; Jó 4,19; Mc 13,1-2; Gl 5,17), que recorda também o dualismo da filosofia grega antiga.

O cap. 9 é um texto que bem poderia ser utilizado pelos governantes de qualquer condição no desempenho de seus cargos. O ser humano pouco vale sem a assistência da sabedoria, sobretudo para a administração da justiça, sua principal tarefa. Que é que os preocupa? Demasiados são seus interesses. Eis aqui uma amostra do que deveria ser sua principal tarefa.

A sabedoria salvou o justo (Sb 10,1-21). Neste bloco começa uma série de ilustrações a respeito do passado de Israel à luz da sabedoria. Trata-se de uma história sagrada embelezada com detalhes imaginários e tradições populares para mostrar como a sabedoria - que aqui toma o papel de Deus - salvou ou castigou os homens ao longo da história: Adão, reabilitado de seu pecado (vv.1s, cf. Gn 2,4b-25); Caim, cujos descendentes, segundo uma tradição, provocaram o dilúvio (v.3, cf. Gn 4,8-15); Noé (v.4, cf. Gn 6,9); Abraão (5, Gn 22,1-3); Ló e a destruição de Sodoma e das cinco cidades da planície (vv. 6-8, cf. Gn 14,2; 19); Jacó (vv.9-12, cf. Gn 27,1-3); José vendido por seus irmãos (vv.13s, cf. Gn 27-29); e a saída do Egito (vv.15-21, cf. Ex 1,1-3).

Convém destacar alguns detalhes: são ignoradas as infidelidades de Israel; a expressão *Reino de Deus* (v.10), em sua única aparição em todo o AT, refere-se ao firmamento; o termo *ímpios* não se refere os judeus

desertores, e sim às nações não-judaicas.

A história de Israel, narrada no cap. 10, convida o crente a percorrer a sua com os olhos de Deus: os acontecimentos, tanto positivos quanto negativos, mostrarão que Deus é quem os conduz.

Julgamentos históricos I (Sb 11,1-12,27). Duas vezes encontramos este título no livro da Sabedoria. Ambas as ocorrências recolhem tradições da Bíblia, principalmente do Êxodo, e as atualizam apoiadas em outras tradições judaicas ou do ambiente filosófico que as rodeiam. Em todo momento se transmite a mesma mensagem: o que serviu de castigo aos maus foi salvação para os justos.

A história, tanto pessoal como comunitária, é motivo de encontro com Deus para os crentes. Se em outros tempos Deus se revelava como um ser vingador de maldades, hoje ele se apresenta a nós cheio de misericórdia.

Julgamento da água (Sb 11,1-14). Em continuação, como já aparecia no bloco anterior, segue-se o método narrativo do *midrash* - comentário da Bíblia selecionando alguns detalhes e atualizando suas razões e motivos. Explica-se como os israelitas se beneficiaram das coisas que castigaram os egípcios, para fundamentar a confiança em Deus: a água infecta do Nilo, que castiga os egípcios (Ex 7,17-24) pelo decreto infanticida (Ex 1,16.22), é água da salvação (rocha do deserto) para Israel (Ex 17,5-7; Nm 20,8-11), a quem por sua vez serve de prova e de explicação da sede (Dt 8,2-5). Ao mesmo tempo ignora-se as murmurações do povo e se idealiza seu comportamento (como em Sl 106[107],6).

Em outro tempo o povo de Israel foi convidado a contemplar a presença de Deus no meio das provas e da libertação. Seu passado garantia o presente e o futuro. Também em nossa situação pessoal e comunitária textos como este são apoio e ocasião para encontrar os momentos em que Deus nos confortou e salvou.

Julgamento dos animais (Sb 11,15-12,1). Por que Deus não castiga os maus? Esta é a pergunta central que aqui encontramos. Oferece-se como resposta o mistério da criação (Gn 1,2): todas as coisas existem porque Deus quer e as preserva com misericórdia - prolongação do poder criador divino, um final para cada uma delas (Gn 9,6; Jz 1,6s; 1Sm 15,23; Pr 5,22). Como exemplo, continuando o desenvolvimento do bloco anterior, expõe como os egípcios sofreram o castigo das pragas dos animais (Ex 8-10) porque haviam pecado adorando-os - no Egito, prestava-se culto a serpentes, crocodilos, lagartos e sapos.

A idolatria não é um fenômeno exclusivo do passado. Muitas formas de adoração atuais manifestam-na hoje - ao dinheiro, ao poder etc. Empregando a linguagem do livro da Sabedoria, pode-se dizer que no próprio pecado está o castigo: no culto ao que não é Deus acontece a destruição de seu projeto para a criação.

Os cananeus (Sb 12,2-21). Novamente temos uma explicação dos acontecimentos do passado; o pecado dos cananeus (Ex 23,28; Dt 7,11.20; 18,9-12; 20,18-20). A lógica seguida é idêntica à do bloco anterior. O exemplo ressalta a misericórdia de Deus no castigo dos pecados para ceder lugar ao arrependimento.

A misericórdia é uma das experiências que mais nos aproximam de Deus. Supera a justiça e compreende que o mundo e a vida estão nas mãos de Deus.

Julgamento dos inocentes (Sb 12,22-27). Aqui chegamos à conclusão do tratado anteriormente: o sentido para os fiéis do castigo dos maus (v.22) e o julgamento divino sobre estes quando têm de reconhecer o Deus verdadeiro (vv.23-27). Alude-se novamente aos falsos deuses e aos ídolos (Dt 7,26; 27,15), e a como o castigo está em relação com o pecado cometido.

Às vezes ocorre-nos que nosso louvor a Deus se origina ao comparar a situação pessoal ou comunitária da qual desfrutamos com outras situações conhecidas. Isso mesmo pode ser concluído deste texto. Mas o crente deve atualizar também as palavras que completam o v.22: benevolência e misericórdia nos julgamentos. E ainda mais, se for possível: compromisso com as situações de dor e de castigo.

A idolatria (Sb 13,1-15,19). O ambiente que circundou a composição deste livro ficou plasmado nesta nova sessão. Interrompem-se os julgamentos históricos - continuarão no cap. 16 - e aparece uma dura crítica da idolatria politeísta.

A mensagem desta parte do livro continua plenamente atual. Os ídolos multiplicam-se em nossa sociedade - o poder, o dinheiro, o prazer... Suas consequências são evidentes: cinismo, injustiças, destruição. Ao crente, resta ainda sua tarefa de denúncia, mas também de esperança.

Fascinados pela beleza do universo (Sb 13,1-9). O primeiro versículo do cap. 13 exprime uma ideia sustentada no que encontraremos desenvolvido aqui e em outros capítulos que vêm a seguir: a incapacidade dos idólatras de reconhecer o Criador de todas as coisas - com a consequente evidência de sua culpa.

Neste primeiro bloco, critica-se a idolatria dos astros e das forças da natureza - semelhante ponto de vista encontra-se também em escritores judeus da época, como Fílon de Alexandria. O AT também louva o poder e a grandeza de Deus através da criação (Jó 36,22-26; Sl 18[19],2; Is 40,12-14), mas aqui se condena os que veem a criação como um fim em si mesma (At 14,17; 17,27; Rm 1,19s).

A natureza é lugar de encontro com Deus, sobretudo quando quem a contempla sabe que está dentro dela, e não como seu dono e senhor. Também apesar das catástrofes humanas e naturais, é possível perceber

a marca de Deus na beleza e na grandeza da criação quando uma pessoa se reconhece como instrumento para que esta seja reflexo do amor misericordioso de quem a formou.

Ídolos de madeira (Sb 13,10-14,11). A crítica à idolatria, iniciada anteriormente, ergue-se agora com mais força ao se dirigir contra as criações humanas. Este bloco divide-se desta maneira:

1. introdução (v.10): mais miseráveis que os adoradores da natureza são os que colocam sua esperança nos ídolos sem vida;
2. desenvolvimento (13,11-14,6): recolhe-se um tema tradicional na literatura bíblica e também na filosofia grega, a sátira contra o culto às imagens (Is 40,19s; 44,9-20; 46,1-7; Jr 10,2-15; Sl 113[114],12-16; 134[135],15-18); em 13,10-19 enumera-se diversos tipos de cultos às imagens, e em 14,7-11 descreve-se o caso do culto do navegante, com o que se recorda o episódio da arca de Noé (Gn 6,1-22);
3. conclusão (14,7-11): acrescenta-se que os ídolos serão submetidos a julgamento porque induzem os homens ao mal.

Não está isenta de atualidade esta crítica aos ídolos feitos por mãos humanas. Pode-se constatar casos em contexto tanto religioso como profano.

O crente de hoje não deve esquecer que a imagem mais real de Deus se encontra nos irmãos e irmãs mais necessitados que o rodeiam.

Origem da idolatria: a desventura e o poder (Sb 13,10-14,11). O autor do livro da Sabedoria continua colocando em dúvida a veracidade do culto às criações humanas. Agora critica as estátuas que representam os seres humanos. Pode-se estruturar deste modo sua exposição:

1. ideia central (vv.12-14): seguindo a tradição bíblica de descobrir afinidade entre a idolatria e a infidelidade (Ex 34,16;

Dt 31,16; Os 2; Dn 3,1-7), afirma no princípio que os ídolos são de origem humana e conduzem a muitos males - ideia já presente em pensadores da Grécia antiga;

2. exemplos (vv.15-21): a ideia central se ilustra com dois exemplos de culto às imagens, veneração aos filhos mortos (vv.15s), como se fazia no Egito, e divinização dos reis (vv.17-21).

O viço de alguns textos da Bíblia é muitas vezes surpreendente. Aqui temos um novo exemplo de como uma composição de mais de dois mil anos, criticando a idolatria das imagens, pode ter aplicação direta em muitos âmbitos de nossa vida, inclusive o religioso. Porventura pode Deus encerrar-se em uma construção humana? Não são seu melhor reflexo as pessoas que nos rodeiam?

Consequências da idolatria (Sb 14,22-31). Se no bloco anterior se mostrava a origem da idolatria, aqui expõe-se suas consequências: princípio, causa e fim de todos os males (v.27); enumera-se alguns vícios e se projeta a situação para o futuro: a condenação no juízo final (vv.30s).

O tema da corrupção dos costumes como consequência da idolatria é clássico nos antigos filósofos gregos e na Bíblia (Lv 18,21; Nm 25; Rm 1,24-32) e manifesta tanto o ambiente onde se achavam imersos como as reações que neles provocavam.

Como reagir diante da perda de valores humanos? Ou diante de ambientes semelhantes ao aqui descrito? Os antigos crentes não só falavam dos prêmios futuros, mas estavam conscientes da alienação que tudo aquilo provocava. O compromisso com a vida dos mais indefesos será a bandeira que fale de Deus acima de qualquer maneira de egoísmo desumanizador.

Conhecer-te é justiça perfeita (Sb 15,1-6). Esta primeira parte do cap. 15 gira em torno de duas experiências: a da bondade, realidade,

paciência e misericórdia divinas (v.1; Ex 34,6s), e a que assinala que o conhecimento de Deus é justiça perfeita ou princípio de imortalidade (v.3; Jo 17,3).

Conhecer a Deus é uma experiência. Experiência plena nesta mesma terra porque ele é bom e fiel, paciente e misericordioso. Assim manifesta sua força e sua justiça.

Ídolos de barro (Sb 15,7-13). De forma quase semelhante a quando se descrevem os ídolos de madeira (13,10-19), fala-se agora dos ídolos de barro (Is 45; Rm 9,21), mas com uma diferença: aqui não se insiste tanto na idolatria, e sim em que o criador humano não seja consciente de sua própria vida, por exemplo, não o preocupa sua própria morte (v.9), sua mente é cinza (v.10), considerou a vida como um jogo (v.12) etc., pois, embora faça figuras de barro, faz parte por sua vez da criação de Deus (Gn 2,3; 3,19).

Por que, segundo parece, desde tempos antigos os seres humanos andam preocupados em se sentir orgulhosos de suas próprias obras, ou em competir com seus semelhantes, como se a vida se tratasse de um jogo? E se se reconhecessem filhos e filhas nas mãos de Deus, ou olhassem para os outros como seres irrepetíveis, imagens de quem os criou?

Animais divinizados (Sb 15,14-19). O tema da idolatria acaba aqui com nova recordação dos egípcios e seus ídolos, o que serve, por sua vez, de transição ao que encontraremos no cap. 16. A crítica aos animais divinizados recorda aquela feita nos salmos 113[114],13-15 e 134[135],16.17; provavelmente também se esteja aproveitando o passado do sincretismo religioso vivido em Israel durante o período helenístico (200 anos antes desta passagem).

Quando o ambiente que rodeia o crente destrói suas próprias convicções, e a solidão e a desesperança crescem em seu interior, recorde

que a verdade não é da maioria, nem Deus está onde os ídolos ou o culto sejam mais numerosos. A verdade habita mais além dos que procuram agarrá-la e revela o sentido das coisas, e Deus habita, como num sacramento, nas pessoas.

Julgamentos históricos II (Sb 16,1-19,22). Continua a seção dos julgamentos históricos iniciada no cap. 11.

Codornizes (Sb 16,1-4). Nesta primeira parte do cap. 16 estabelece-se uma comparação entre o alimento do qual desfrutaram os israelitas no deserto com as codornizes (Ex 16,9-13; Nm 11,10-32) e a fome padecida pelos egípcios com as pragas dos animais que lhes foram enviadas. Os detalhes dos relatos bíblicos a que se alude são interpretados livremente, como se pode comprovar em outros lugares desta obra.

Expressões bíblicas de vingança ou alegria pelo sofrimento dos inimigos facilmente ferem a sensibilidade do crente atual. Para compreendê-las é preciso nos situarmos, por um lado, naquele contexto histórico - estamos lendo textos que têm mais de dois mil anos - e, por outro lado, procurar neles uma mensagem teológica para hoje. Por que não concluir que, assim como no passado percebiam o poder de Deus na defesa de seu povo e no castigo de seus inimigos, também é possível descobrir a presença do amor de Deus nos crentes, inclusive em seus inimigos?

Julgamento das serpentes (Sb 16,5-14). O livro da Sabedoria se detém aqui a explicar, em forma de *midrash*, o episódio das serpentes que encontramos em Nm 21,4-6. Emprega a mesma lógica: o que serve de castigo aos inimigos, para Israel é salvação e recordação do mandamento da lei de Deus (v.6). Acrescenta, além disso, que o prodígio das curas foi devido ao poder divino (Jo 3,14.17) que domina sobre a vida e a morte (v.13; 1Rs 17,17-23; Sl 9,14; 106[107],17-19; Is 38,10-17).

“Como Moisés elevou a serpente no deserto” foi aplicado pela própria

Bíblia a acontecimentos posteriores, como o exemplo que encontramos aqui. A mensagem continua sendo atual: “como Moisés elevou a serpente no deserto”, também o Senhor se faz presente na comunidade e na vida pessoal por meio de situações negativas que vêm de maneira inesperada. Não se trata de queixa-se dizendo: “Que fiz eu, Senhor, para merecer isso?”, e sim de: “Que é que através disto tu queres me dizer, Senhor?”

Julgamento do fogo e do alimento (Sb 16,15-29). Chuva de manhã em vez da praga de tormentas é a mensagem deste novo bloco que o livro da Sabedoria leva a seus contemporâneos, servindo-se como outras vezes da técnica do *midrash*. Recordar-se a sétima praga do Egito (Ex 9,13-18), como se ocorresse ao mesmo tempo que o episódio do maná (Ex 16; Nm 11), com a finalidade de ilustrar aos contemporâneos que o verdadeiro alimento é a Palavra do Senhor (v.26), assim como a necessidade da oração (v.28; Ex 16,21).

Este episódio foi muito recordado tanto na tradição judaica - por exemplo, o fato de o maná ter uma infinidade de sabores - como na cristã, principalmente referindo-se à Eucaristia (Sl 77[78],24-25; 104[105],40; Jo 6).

A praga do granizo e o acontecimento do maná servem ao livro da Sabedoria para falar a seus contemporâneos da importância da fidelidade à palavra do Senhor e à oração, dois pontos também centrais na vida do crente atual, sem esquecer sua dimensão fraterna.

Julgamento das trevas (Sb 17,1-18,4). A passagem recordada agora pelo livro da Sabedoria é a praga das trevas no Egito (Ex 10,21-23). Enquanto os egípcios eram presa das trevas, os israelitas eram guiados pela coluna de fogo.

Tal como ocorre em outros lugares desta obra, também aqui o relato bíblico do Êxodo está enriquecido com muitos detalhes provenientes de lendas judaicas e explicações rabínicas, com a finalidade de atualizar a

mensagem desses acontecimentos - o que vemos claramente em ocasiões como Sb 17,1-3.11-13; 18,4. A orientação final de todo este bloco também parece clara: as trevas do Egito são a antecipação das trevas do inferno, reservadas para os pecadores (17,21), ao passo que a lei é a luz que ilumina o mundo (18,4, Is 2,2-5).

Novamente a sabedoria convida o leitor crente a voltar o olhar sobre sua própria história para descobrir as pegadas de Deus. A sabedoria pensa, de acordo com as ideias da época, no castigo dos inimigos. O leitor crente, todavia, à luz do Evangelho, é chamado pela esperança a vencer o mal pela força do bem.

Julgamento dos primogênitos (Sb 18,5-19). Com a mesma técnica das passagens anteriores, agora se estabelece a correspondência entre a décima praga do Êxodo e a saída dos israelitas do país. Em castigo por sua decisão de matar os primogênitos (Ex 1,22-2,10), os egípcios são condenados a perder os seus (Ex 11,4-6; 12,29-32), e assim entenderam que Israel era filho de Deus.

O livro do Êxodo não estabelece relação alguma entre estes dois acontecimentos, mas como já se comprovou em outras ocasiões, a sabedoria toma como base as narrações antigas, às quais soma outras tradições para iluminar a situação presente. São interessantes alguns detalhes, como a alusão às promessas dos patriarcas (v.6; Gn 15,13s; 46,3s), a transposição ao passado do modo de celebrar a Páscoa no século I a.C., quando se entoava o “*Hallel*” (v.9; Sl 112[113] - 117[118]), ou a palavra como instrumento executor dos julgamentos divinos (v.15; Jr 23,29; Os 6,5).

Expição (Sb 18,20-25). Neste bloco, seguindo o modo de exposição anterior, recolhe-se o relato da praga que os israelitas sofreram no deserto (Nm 16,1-35). Não se está fazendo um paralelo com os egípcios; apenas se destaca a diferença - a praga não se prolongou graças ao sacerdote Aarão.

É interessante a descrição das vestes sacerdotais de Aarão, pois se misturam, por um lado, a tradição bíblica - por exemplo, “as quatro fileiras de pedras talhadas” simbolizam as tribos ou os patriarcas (Ex 28,15-21), e o “diadema” simboliza a grandeza da dignidade sacerdotal (Ex 28,36) - e por outro lado a tradição judaica - para esta a túnica era o céu, o cingulo, o oceano, e os broches dos ombros, o sol e a lua.

A história do povo bíblico está cheia de fracassos e infidelidades. O mais surpreendente é que é sempre Deus quem toma a iniciativa para que a relação se restabeleça. A prova mais extraordinária está na entrega de seu próprio Filho. Por ela o crente reconhece: mais importante que a justiça é a misericórdia.

Julgamento do Mar Vermelho (Sb 19,1-12). A passagem pelo Mar Vermelho (Ex 14), tantas vezes recordada na Bíblia, é aqui apresentada, com certo ar apocalíptico (v.1), como o cume do castigo que os egípcios sofreram com a última praga. Aqui se destaca como a passagem do Mar Vermelho provocou uma nova criação; assim, por exemplo, as funções que no princípio Deus designou à terra ou à água (Gn 1) adquiriram novas formas, destacando-se, desse modo, o poder do Criador que favorece sempre seu povo.

O sábio refrão popular de que, quando uma porta se fecha, Deus abre uma janela, pode servir ao crente para atualizar este texto. Um convite a contemplar os milagres de Deus nas coisas cotidianas: a vida, o amor, a generosidade etc., nova criação de Deus, capaz de renovar tantos desencontros e coisas negativas em nosso mundo.

Escravizaram imigrantes (Sb 19,13-17). O tema desenvolvido neste novo bloco é a hospitalidade - lei suprema no Oriente Próximo. Como base, o livro da Sabedoria faz uma comparação entre o êxodo dos israelitas (Ex 14) e o relato de Sodoma (Gn 19). Se estes, mesmo

sendo considerados os mais pecadores, podiam ser desculpados por seu desconhecimento dos forasteiros (v.14a), o delito dos egípcios é muito maior, pois escravizaram Israel, um povo por eles conhecido, e mataram seus primogênitos.

Possivelmente há uma alusão à experiência dos judeus fiéis à lei que viviam em Alexandria nos tempos em que foi composto o livro.

“Deus é quem guia os destinos da história.” É a mensagem central que há mais de dois mil anos transmitia, a seus contemporâneos, o livro da Sabedoria. Naquele tempo, expressava-se como um desejo de vingança contra os inimigos. Atualmente pode ser compreendido como uma mensagem de esperança, de que o mal um dia será transformado em bem, a não solidariedade em compromisso, e o ódio em amor.

Metamorfose da criação (Sb 19,18-22). A última parte do livro da Sabedoria é um tanto brusca para o leitor atual. Alguns investigadores opinam que este final obedece a esquemas numéricos muito típicos desse tipo de escritos. Como final, todavia, ilustra muito bem o itinerário seguido pelo livro da Sabedoria: atualização, com a ajuda da tradição e do pensamento filosófico contemporâneo, dos acontecimentos do passado do povo de Israel - neste caso nos encontramos com a primeira tentativa de explicar os milagres bíblicos à luz da ideia grega da harmonia cósmica - para dar resposta à nova situação, expressa paradigmaticamente no último versículo.

As últimas palavras do livro da Sabedoria: “É que em tudo, Senhor, engrandecestes e glorificastes vosso povo, e não vos dedignastes de assisti-lo em todo tempo e em todo lugar”, não é, porventura, a mensagem ou a experiência à qual somos chamados todos nós, crentes? Não é também nosso compromisso?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A BÍBLIA ANOTADA - Editora Mundo Cristão, 1991

A BÍBLIA DE JERUSALÉM - Editora Paulus, 2000

BÍBLIA DO PEREGRINO - Editora Paulus, 2000

BÍBLIA DOS CAPUCHINHOS - Editora Difusora Bíblica, 1998

BÍBLIA FÁCIL - Centro Bíblico Católico, 2001

BONORA, Antonio *et al.* *Vademecum para o Estudo da Bíblia*. Edições Paulinas, 2000

DIAS DA SILVA, Cássio Murilo. *Metodologia de Exegese Bíblica*. Edições Paulinas, 2000

DRANE, John *et al.* *Atlas da Bíblia*. Editora Paulus, 2004

SESBOÛE, Bernard *et al.* *História dos Dogmas*. Editora Loyola, 2005.